

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.597 - RJ (2019/0233275-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : GALVAO ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : FLÁVIO ANTONIO ESTEVES GALDINO - RJ094605
ADVOGADOS : MILENE PIMENTEL MORENO - DF039470
FELIPE BRANDÃO ANDRÉ - RJ163343
CRISTINA BIANCASTELLI DE MELO - SP163993
CAROLINA BUENO DE OLIVEIRA - SP391512
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE TRÊS LAGOAS - MS
INTERES. : PRINER SERVICOS INDUSTRIAIS S.A
ADVOGADOS : MAURÍLIO AUGUSTO FLEURY AMARAL - MG072771
WANDER JOSE MILAGRES DE SOUZA - MG072758

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que é suscitante GALVÃO ENGENHARIA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ e o JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DE TRÊS LAGOAS - MS.

A suscitante informa que pleiteou os benefícios da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido pelo primeiro suscitado em 27/3/2015 (processo nº 0093715-69.2015.19.0001), o qual fixou sua competência para "(...) *conhecer todas as ações que versem sobre bens, interesses e negócios da Recuperanda e que afetam a recuperação judicial*" (fl. 4 e-STJ).

Aduz que:

"De outro lado, tem-se o Juízo Cível de Três Lagoas, perante o qual tramita o cumprimento de sentença de n.º 0803137-59.2015.8.12.0021, proposto por Priner Serviços Industriais (atual denominação de Mills SI Serviços Industriais S.A.) ('Exequente') contra o Consórcio UFN III e suas consorciadas GESA e Sinopec Petroleum do Brasil - autos em que o Exequente cobra uma quantia aproximada de R\$ 104.550,56 (cento mil e quatro, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos (Doc. 02).

4. No que tange ao cumprimento de sentença sob análise, tem-se que, em 11 de março de 2019, o d. Juízo Cível de Três Lagoas deferiu o pedido do Exequente no sentido de fossem realizadas pesquisas via sistema Bacenjud de ativos financeiros em nome da Recuperanda, oportunidade em que foi bloqueado o valor de R\$ 70,27 (setenta reais e vinte sete reais) das contas correntes da GESA (Doc. 3)

(...)

35. Ao que parece, o Juízo Cível de Três Lagoas entende estar 'garantindo' o adimplemento das obrigações atinentes a um

determinado credor, mas, na verdade, está subvertendo a ordem procedimental de um processo de recuperação judicial, prejudicando a Recuperanda e todos os demais credores submetidos àquele procedimento.

(...)

39. Ao promover atos de expropriação e de execução, o Juízo Cível de Três Lagoas está desfalcando a GESA de um acervo de bens necessários à manutenção das operações da Recuperanda e, portanto, fundamentais em seu processo de soerguimento.

40. É preciso impedir que decisões pulverizadas possam, ainda que indiretamente, inviabilizar o pagamento dos credores, e por consequência infringir o par conditio creditorium" (fls. 4/12 e-STJ).

Defende que somente o Juízo recuperacional detém competência para decidir acerca do patrimônio da empresa recuperanda, justificando assim o seu pedido de liminar para levantar os valores eventualmente bloqueados pelo JUÍZO DA 4ª VARA CÍVEL DE TRÊS LAGOAS - MS, sustar os efeitos dos atos decisórios praticados e sobrestar o cumprimento de sentença em referência, indicando o Juízo universal para apreciar eventuais medidas urgentes.

Ao final, requer que, com o conhecimento do conflito, se declare a competência do juiz da recuperação para determinar a realização de atos de execução e expropriatórios para a satisfação do crédito perseguido nos autos do cumprimento de sentença.

Na decisão de fls. 379/382 (e-STJ), foi parcialmente deferido o pedido de tutela de urgência.

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 389/394 e-STJ), opinou pela declaração de competência do juízo universal.

É o relatório.

DECIDO.

O conflito encontra-se configurado e deve ser dirimido.

Cumprе ressaltar que o tema não é novo nesta Corte, que já firmou entendimento no sentido de que, após o deferimento da recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo de falências e recuperação judicial quaisquer atos constritivos incidentes sobre o patrimônio das empresas recuperandas.

Nesse sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

1. No caso de deferimento da recuperação judicial, a competência da Justiça do Trabalho se limita à apuração do respectivo crédito (processo de conhecimento), sendo vedada a prática, pelo citado Juízo, de qualquer ato que comprometa o patrimônio da empresa em recuperação (procedimento de execução).

2. *Classificam-se como extraconcursais os créditos de obrigações que se originaram após o deferimento do processamento da recuperação, prevalecendo estes sobre os créditos concursais, de acordo com os arts. 83 e 84 da Lei nº 11.101/2005.*

3. *Segundo a jurisprudência desta Corte, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, a execução de créditos trabalhistas constituídos depois do pedido de recuperação judicial deve prosseguir no Juízo universal.*

4. *Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Blumenau/SC."*

(CC 145.027/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 31/08/2016)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. CARÁTER INFRINGENTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E JUÍZO TRABALHISTA. LEI N. 11.101/05. PRESERVAÇÃO DOS INTERESSES DOS DEMAIS CREDORES. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE AÇÕES INDIVIDUAIS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

2. *A controvérsia posta nos autos encontra-se sedimentada no âmbito da Segunda Seção desta Corte, que reconhece ser o Juízo onde se processa a recuperação judicial o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, relativa a fatos anteriores ao deferimento da recuperação judicial, devendo, portanto, se submeter ao plano, sob pena de inviabilizar a recuperação. Precedentes.*

3. *Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento."*

(EDcl no CC nº 129.226/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/04/2014, DJe 28/04/2014)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL E JUÍZO DA VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS. EMPRESA SUSCITANTE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL.

1. *As execuções fiscais ajuizadas em face da empresa em recuperação judicial não se suspenderão em virtude do deferimento do processamento da recuperação judicial, ou seja, a concessão da recuperação judicial para a empresa em crise econômico-financeira não tem qualquer influência na cobrança judicial dos tributos por ela devidos.*

2. *Embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, são vedados atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto for mantida essa condição. Isso porque a interpretação literal do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05 inibiria o cumprimento do plano de recuperação judicial previamente aprovado e homologado, tendo em vista o prosseguimento dos atos de constrição do patrimônio da empresa em*

dificuldades financeiras. Precedentes.

3. *Conflito conhecido para declarar a competência do JUÍZO DA JUÍZO DA VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO DISTRITO FEDERAL para todos os atos que impliquem em restrição patrimonial da empresa suscitante."*

(CC 116.213/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/9/2011, DJe 5/10/2011).

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (LEI N. 11.101/05). AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA CONDENAÇÃO. CRÉDITO APURADO. HABILITAÇÃO. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E PAGAMENTOS DE CREDORES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. *Com a edição da Lei n. 11.101/05, respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o respectivo Juízo para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive trabalhistas, ainda que tenha ocorrido a constrição de bens do devedor.*

2. *Após a apuração do montante devido, processar-se-á no juízo da recuperação judicial a correspondente habilitação, sob pena de violação dos princípios da indivisibilidade e da universalidade, além de desobediência ao comando prescrito no art. 47 da Lei n. 11.101/05.*

3. *Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (RJ)."*

(CC 90.160/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/5/2009, DJe 5/6/2009)

Deverá, portanto, passar pelo crivo do juízo universal a prática de qualquer ato de execução voltado contra o patrimônio das empresas em recuperação judicial. Ao mesmo juízo deverão ser encaminhados os bens eventualmente constritos nos autos do cumprimento de sentença de nº 0803137-59.2015.8.12.0021, que se encontra tramitando no JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE TRÊS LAGOAS - MS.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ.

Intimem-se. Oficiem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator